



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**VISITA DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA
DA ITÁLIA,
OSCAR LUIGI SCALFARO**

SESSÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

*VISITA DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DA ITÁLIA
OSCAR LUIGI SCALFARO*

(Sessão solene realizada em 27-6-95)

Brasília
1997

Departamento de Documentação, Jurisprudência e Divulgação:

Diretora: Marlene Freitas Rodrigues Alves

Serviço de Divulgação:

Diretora: Maria do Socorro da Costa Alencar

Divisão de Edições:

Diretora: Almeria Machado Godoi

Seção de Controle e Distribuição:

Supervisora: Maria Elena Alves

Edição: Almeria Godoi

Maria do Socorro Alencar

Revisão: Armando Decicco

Delma Xoteslem

Maria Cristina Faraco

Capa: Flávio Castro

Jander Vasconcelos

Marlene F. Rodrigues Alves

APRESENTAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, por meio do Serviço de Divulgação criou, em dezembro de 1996, a «Série Visitas ao STF» como forma de manter em registro a visita oficial de personalidades à mais alta Corte de Justiça do País.

O primeiro número da série foi dedicado ao presidente da Venezuela, Rafael Caldera Rodriguez, quando esteve no STF. A publicação traz o discurso de boas-vindas proferido em sessão solene pelo ministro Francisco Rezek e, em retribuição, o agradecimento do presidente venezuelano.

Palavras do Senhor Ministro
SEPÚLVEDA PERTENCE
Presidente

Declaro aberta esta Sessão Solene do Supremo Tribunal Federal, especialmente convocada para receber a visita honrosa de S. Exa. o Sr. Oscar Luigi Scalfaro, digníssimo Presidente da República italiana.

Para saudar o ilustre visitante, em nome da Corte, concedo a palavra ao Sr. Ministro Octavio Gallotti.

Discurso do Senhor Ministro
OCTAVIO GALLOTTI

Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente da República italiana, Excelências, Autoridades presentes, Senhores e Senhoras.

Quando recebi de Vossa Excelência, Senhor Presidente SEPÚLVEDA PERTENCE, como declarada «imposição do sobrenome», a honrosa convocação de que ora modestamente procuro desincumbir-me, logo me veio à lembrança o cenário de quase trinta anos atrás, neste mesmo Plenário, quando o Supremo Tribunal Federal solenemente recebia, em 10 de setembro de 1965, a visita do pranteado estadista GIUSEPPE SARAGAT, Presidente da República italiana.

Interpretava, então, o sentimento da Corte meu saudoso pai, o Ministro LUIZ GALLOTTI, que não se eximiu de esclarecer, no limiar de sua inspirada oração:

«O nosso Presidente, Ministro Ribeiro da Costa, teve a delicadeza de escolher, para saudar Vossa Excelência, quando nos concede a honra de sua visita, um brasileiro que nasceu na antiga vila de Tijucas, em Santa Catarina, filho de um italiano nascido em Salerno e de uma italiana, nascida em Lucca.

Isso me retirará o necessário grau de isenção?

Penso que não.

A brasilidade, que domina e inspira, não é menor (a minha consciência o diz) que a dos brasileiros, filhos de brasileiros.»

O mesmo posso eu dizer agora, com ressalva da palidez da oratória, quando cabe ao Tribunal o privilégio da visita de outro grande estadista italiano, o Presidente OSCAR LUIGI SCALFARO, a quem tenho eu a distinção de saudar, em nome do Tribunal, dando razão ao pensamento de FRANCESCO GUICCIARDINI, digno rival de MAQUIAVÉL:

«As coisas passadas iluminam as futuras. O mundo sempre foi igual. O que é e o que será já existiram alguma vez. As mesmas coisas se repetem, embora com os nomes e coisas diferentes. Nem todos as reconhecem, mas só quem for sábio e as considerar com diligência.»

Mesmo porque, Senhor Presidente SCALFARO, a identificação com as origens latinas, romanas — enfim, italianas — é legado comum a todos os brasileiros,

e, por isso, jamais conflitante, porém perfeitamente conforme ao sentimento de brasilidade.

O Brasil, renovação americana do último rebento europeu do mundo latino, continua ligado ao cerne da civilização romana, pelos laços misteriosos e privilegiados que singularizam a relação dos ascendentes com os seus mais novos descendentes.

Na escola de Sagres, bravos marinheiros e sábios cosmógrafos italianos cercavam o Infante DOM HENRIQUE, e, ao lado de COLOMBO e VESPÚCIO, a cujo gênio e ousadia se devera a revelação do continente americano, um terceiro navegador italiano, SEBASTIÃO CABOTO, teria o condão de inscrever-se entre os primeiros europeus a explorar e desvendar as maravilhas do sul de nosso litoral, especialmente a Ilha de Santa Catarina.

Esse mesmo CABOTO deixara, em Pernambuco, alguns genoveses conhecedores da técnica de produção do açúcar, que, graças a essa providência pioneira, já podia, em 1526, vir a ser exportado para o velho Continente.

Não tardaria a chegar, àquela mesma Capitania, o florentino FELIPE CAVALCANTI (da mesma linhagem de GUIDO CAVALCANTI, o amigo e mestre de DANTE), que, unido às mais antigas estirpes nordestinas (tanto às de procedência portuguesa, como de raiz indígena), estava fadado a tornar-se um dos mais célebres povoadores desta imensa Terra, recentemente descoberta.

Enquanto isso, integrando a expedição de MARTIM AFONSO, dirigiam-se para São Vicente os irmãos ADORNO, igualmente genoveses, precursores do surto imigratório que, muito mais tarde, haveria de contribuir, e ainda poderosamente contribui, para o progresso do sul do Brasil, lá onde assomou também esse emblema da aliança entre o Brasil e a Itália, que é a união de nossa ANITA com GIUSEPE GARIBALDI.

Nasceu na Itália, mas foram no Brasil que se desenvolveram as virtudes de Madre PAULINA DO CORAÇÃO AGONIZANTE DE JESUS, recentemente beatificada pelo Santo Padre JOÃO PAULO II.

São, portanto, vetustos e perenes os sucessos históricos que sedimentam, entre nossos dois Países — Senhor Presidente OSCAR LUIGI SCALFARO —, uma esplêndida tradição cultural, iluminada pelo fundamento comum de nossos ordenamentos jurídicos, que é a límpida fonte do Direito Romano.

A sedução dessa influência, que, para além do âmbito do direito privado, tem-se feito proveitosamente sentir nos domínios da ciência penal e processual, passa, mais recentemente, a vicejar no campo do direito público constitucional, mesmo que nem sempre se atente para as peculiaridades resultantes da diversidade de nosso regime político: no Brasil, o federativo presidencialista e, na Itália, o unitário parlamentarista.

Vigoroso exemplo do que afirmo é a recentemente nossa «medida provisória com força de lei», transplante dos «provvedimenti provvisori con forza di legge», que, previstos no Estatuto Albertino, ganharam prestígio na Península com o avançar deste século atribulado e vieram a ser agasalhados na Carta republicana de 1948, de onde acabaram transportados para a nossa vigente Constituição de 1988, trazendo consigo os mesmos problemas que já atormentavam os juristas italianos, aqui exasperados pelas dificuldades de sua prática, em regime presidencialista.

São todos esses (e tão profundos) os vínculos históricos, políticos e culturais — e toda essa arraigada tradição comum das nossas civilizações — que se vêem hoje expressivamente realçados com a insigne presença, no Brasil e no Supremo Tribunal, de Vossa Excelência, Senhor OSCAR LUIGI SCALFARO, Chefe de Estado da Itália.

Jovem e promissor magistrado em 1942, e Presidente da Ação Católica da Diocese natal de Novara, passou Vossa Excelência a dedicar-se, durante o sofrido período de luta clandestina, à denodada e desprendida ajuda aos militantes anti-fascistas, perseguidos ou encarcerados, e às suas famílias.

Após 1945, tornou-se Promotor Público perante os Tribunais Superiores especiais de sua cidade de Novara e Alessandria.

Aclamado, pelo sufrágio popular, à Constituinte de 1946, foi Vossa Excelência ininterruptamente reeleito Deputado, até os tempos atuais, tendo sido sempre o mais votado pela Democracia Cristã, em seu colégio eleitoral.

Nesse quase meio século de operosa e brilhante atividade parlamentar, presidiu Vossa Excelência importantes Comissões do Legislativo, e ocupou, simultaneamente, cargos de relevo, na direção partidária.

Depois de ilustrar-se como Vice-Ministro de quatro Pastas, foi Vossa Excelência, sucessivamente, elevado aos cargos de Ministro dos Transportes, da Educação e do Interior.

Presidente da Câmara dos Deputados em 24 de abril de 1992, mês e dia depois haveria de ver-se Vossa Excelência consagrado, com a eleição para a Presidência de uma nação pujante, respeitada e progressista.

Para esse feliz desfecho, confluíam, harmoniosamente, a par dos atributos pessoais do preferido, a experiência e o sucesso granjeados no exercício de funções dos três Poderes, a começar pelo nosso Poder Judiciário, para cuja renovada e arrojada atuação, na Itália, tem sido ultimamente atraída a atenção da opinião pública mundial.

Porque bem sabemos, Senhor Presidente SCALFARO, que, em vosso País, a Presidência da República é delicada pedra de toque, no aprimorado exercício das liberdades democráticas e no equilíbrio das instituições.

Situado — tal como a Corte Constitucional — fora da clássica tripartição de poderes, o Presidente da República italiana é o Chefe de Estado e a própria expressão da unidade nacional.

Preside o Conselho Superior da Magistratura e o Conselho Supremo de Defesa.

Titular de um Poder neutro e imparcial, competem-lhe primordialmente a facilitação, o controle e a coordenação de todo o sistema constitucional, assim como prudente ação preventiva de tutela da Constituição, elevadas missões de cuja altitude se tem mostrado digna a excelsa postura de Vossa Excelência, à frente de toda a Nação.

São essas, em resumo, as razões que engrandecem, Senhor Presidente OSCAR LUIGI SCALFARO, o caro e solene momento da visita com que hoje distingue este Supremo Tribunal, cômescio também, ele próprio, de seu delicado e sensível papel, no funcionamento das instituições da República e da Federação brasileiras.

Que Deus guarde Vossa Excelência, durante a sua estada no Brasil e em Brasília, a Capital que aponta para o futuro da latinidade, sem deslembrar a tradição construtiva que de Roma se irradia, portando, uma e outra metrópole, nos séculos que separam a sua fundação, o signo da perenidade e permanência das mais nobres aspirações e ideais da civilização ocidental, a que nos orgulhamos de pertencer.

Palavras do Senhor Ministro
SEPÚLVEDA PERTENCE
Presidente

Tenho a honra de passar a palavra a S. Exa. o Senhor Presidente Oscar Luigi Scalfaro.

Discurso do Senhor
Presidente da República da Itália
OSCAR LUIGI SCALFARO

Anzitutto un saluto a Lei, Signor Presidente di questo Tribunale Supremo Federale, un saluto al Signor Procuratore Generale, un saluto a ciascuno di loro, giudici scelti per questo altissimo compito, che se non vado errato è un compito particolarmente elevato perché assomma, almeno se si deve fare il confronto con la impostazione costituzionale italiana, le competenze della Suprema Corte di Cassazione con le competenze della Corte Costituzionale.

Ringrazio Lei, in particolare, Signor Giudice, Gallotti, nome italico che vedo ha tradizioni particolari di affetto alla solennità, all'onore, all'onere della Toga, perché Lei ha citato il discorso di suo Padre, quando qui venne 30 anni or sono, 10 settembre di 30 anni fa, Giuseppe Saragat.

E' un nome questo sul quale io esprimo ancora oggi, una particolare deferenza e devozione. E' stato Giuseppe Saragat un grande Presidente, della Repubblica Italiana, fedelissimo alla Costituzione, uomo di grande scrupolo, antifascista, che dovette lasciare l'Italia ed emigrare per le sue idee di libertà e di difesa dei diritti dell'uomo. Ritornato in Italia, terminata la guerra, la guerra di liberazione, alla Assemblea Costituente, che fu convocata il 2 giugno del 1946 quando anche io entrai in Assemblea per la prima volta lasciando la Toga di Magistrato, fu eletto Presidente di quella Assemblea. Presidenza che tenne pochissimo tempo, volendosi dedicare a una lotta delicata in quel momento, che era quella di riuscire a togliere almeno larga parte del partito socialista italiano dallo schieramento legato al partito comunista di Togliatti per farne un partito libero, autonomo, testimone propugnatore di libertà come è stato nella storia il partito socialista della nostra Patria. Fu così che Saragat fondò quella che si chiamò la sociale-democrazia la quale ha avuto altissimi meriti, se si pensa che quando De Gasperi ruppe quello che veniva chiamato il governo del Comitato Nazionale di Liberazione, cioè di quel comitato che raccolse le forze antifascite per lottare per la libertà, ruppe, facendo questo partito libero, autonomo, in una veste essenziale in quel momento, poiché è vero che l'azione di De Gasperi è stata una azione fondamentale, per difendere la democrazia e rimane questo come fatto storico, assolutamente inconfutabile, ma è altrettanto vero che senza l'apporto di questa schiera coraggiosa, e di questa operazione difficile di rottura della forza socialista, di sottrazione dal giogo comunista di una larga parte di socialismo ritornato libero, la stessa operazione di De Gasperi appoggiata dal partito liberale di

Einaudi, dal partito Repubblicano di Pacciardi, e poi di Lamalfa, non avrebbe potuto sortire l'effetto che riuscì ad ottenere. Il ricordo quindi di Saragat è per me un ricordo particolarmente devoto, dicevo, perché è persona alla quale fui legato oltre che da grande stima, anche da umano affetto, e lui ebbe per me, stima e affetto che mi furono molte volte di grandissimo conforto.

Che devo dire a un consesso così elevato nel momento in cui, ho l'onore di essere d'innanzi a loro, e non hanno bisogno certo da me di alcuna lezione di diritto? Che posso dire tramite loro come saluto che io sento profondamente, perché quella di magistrato è stata la mia prima vocazione? Mi iscrissi alla Facoltà di Giurisprudenza, all'Università Cattolica del Sacro Cuore di Milano, fondata da Padre Gemelli, Francescano e scienziato, quando ancora era lui vivente ed ebbi l'onore di essere suo allievo di psicologia sperimentale, mi iscrissi solo sognando di poter mettere la toga e diventare giudice della magistratura ordinaria, ed ebbi la fortuna di vincere il concorso.

Poi la politica mi sottrasse sì all'impegno immediato, ma sono solito dire, che la toga mi è rimasta legata all'anima e anche nelle mie funzioni, che Lei ha ricordato bene perché ho toccato i vari settori della componente dello Stato secondo la dottrina di Montesquieu, perché dalla Toga, il potere giurisdizionale, al potere legislativo, il più alto, quello che scrisse la Costituzione, quello normale dal 1948, entrata in vigore la Carta Costituzionale fino al 1992, quando la bontà del Parlamento ritenne di eleggermi a questa difficile responsabilità, ma nel frattempo ebbi in più di una occasione responsabilità dell'esecutivo. Quindi la mia lunga esperienza ha incarnato di volta in volta pagine e responsabilità dei tre poteri. Lei ha citato più volte Roma e il diritto Romano e io ogni volta, e anche oggi davanti a loro, vorrei pormi brevemente il solito, difficile interrogativo: che cos'è questo diritto? Che cos'è? Perché questo è il punto che fa denominatore comune della giustizia di tutto il mondo se la giustizia parte dai valori dell'uomo e vuole difenderlo. Che cosa è?

I Romani ci ricordavano i fondamentali principi che è vero studiamo sui banchi universitari e qualche volta ci furono citati anche prima, ma che forse non sono mai approfonditi a sufficienza e che ci ritornano con gli interrogativi e i commenti nei quali ogni volta mi piace di trascorrere tempo meditando l'«honeste vivere» «alterum non laedere» «suum cuique tribuere» e viene fatto di dire non inventando niente di nuovo ma, vivere onestamente, vivere da galantuomini, non ferire, non usurpare il diritto dell'altro, non invadere lo spazio dell'altro, dare a ciascuno il suo, ciò che a ciascuno spetta. E' tutto indispensabile? Noi ci siamo inchinati tante volte di fronte a questi principi che sono essenziali e forse non basta «honeste vivere»? Perché nel momento in cui qualcuno lede, ferisce il diritto altrui, può dirsi che vive onestamente? Certamente no. Quando qualcuno nega all'altro ciò che gli spetta cioè compie una ingiustizia si può dire che opera onestamente? Allora basta l'«honeste vivere». E' strano ma viene una prima conclusione. E cioè che meno sono le leggi e più facile è che l'uomo sia costretto a rispettarle, più aumentano le leggi più l'uomo trova la capacità di passare nel piccolo spazio fra un comma e l'altro

fra un articolo e l'altro, una norma e l'altra, riuscire a sfuggire, e nasce la legge del furbo. Ma furbo non è, chi vive onestamente, non risponde all'«honeste vivere». Se noi guardiamo nella cultura ebraica, nell'antico testamento, noi troviamo i dieci comandamenti, dieci, di fronte alle leggi che ci sono da noi in Italia tutti dicono che siamo degli enormi fabbricatori di leggi. C'è del vero. E chi è stato 46 anni in parlamento non può che essere sul banco degli imputati in questo caso con pochissime possibilità di essere assolto specie da quando in Italia è stata tolta l'assoluzione per insufficienza di prove, quindi, o uno è innocente o è colpevole. E' meglio che. . .

Ma questi interrogativi sul diritto, di fronte alle dieci leggi che il popolo ebraico trovò nel legislatore Mosè che ebbe da Dio secondo la Sacra scrittura, il Cristo figlio di Dio per i cristiani, profeta per altri, o uomo saggio per altri ancora, ridusse il tutto e disse: «ama Dio e il prossimo» perchè chi ama non può che vivere onestamente se ama davvero. Non ne parliamo sull'«alterum non laedere» e sul «suum cuique tribuere», perchè chi ama esce da se verso un altro e questi altri due elementi se si infrangono sono un segno di egoismo, di egocentrismo, di no agli altri, ma ancora un passo innanzi, ma il diritto che cosa è? Qualcuno risponde, diritto è ciò che è giusto. E' un pó una petizione di principio. Allora sorge un'altro interrogativo che ci fu posto tante volte quando studiavamo: ius, la giustizia, «ius quod iussum est» o «ius quod iustum est», il diritto è ciò che è imposto, e cioè che è scritto, che è norma, o il diritto è ciò che è giusto, quindi se la norma non è secondo giustizia non è più diritto. Certo non si può dire soltanto che «ius quod iussum», cioè che il diritto è solo ciò che è imposto, che è scritto, che è norma. Qui nasce un'altro principio un altro commento. Il commento esce dall' articolo II della nostra Carta Costituzionale. Io mi ricordo ancora l'emozione quando fu votato e l'applauso che uscì veramente trionfante nella aula della Assemblea Costituente. «La Repubblica riconosce e garantisce i diritti inviolabili dell'uomo». Uscendo dalla dittatura questo verbo riconosce era la condanna senza appello della dittatura perchè se la Repubblica riconosce il diritto è segno che la Repubblica non è quella che fabbrica che fonda, che genera il diritto. La Repubblica nasce, cioè lo Stato nasce dall'uomo, e il primo gesto che compie quando è nato è di inchinarsi all'uomo riconoscendo che prima dello Stato l'uomo già c'era perchè lui genera lo Stato, già c'era e aveva la pienezza dei diritti altrimenti non sarebbe stato uomo. La Repubblica riconosce; La dittatura diceva, io do a te uomo i diritti e siccome sono io che li genero io li sospendo io li tolgo io te li ridono, ma sono io Stato generoso che ti dono e che fabbrico i tuoi diritti altrimenti tu non li avresti. Follia totale, capo volgimento del concetto del diritto perchè è l'aggressione all'uomo, perchè diritto è l'uomo e l'uomo è il diritto. Io non saprei dire nulla di più pieno, traendolo non tanto dai libri di studio che fanno molto più di quel poco che so io, ma traendolo dalla mia vita quotidiana, dalla mia esperienza: il diritto è l'uomo, il diritto è l'uomo.

Ciò che esalta l' identità della persona è il diritto, è un no al diritto tutto ciò che mortifica, che nega, che avvilisce l'identità della persona. L'uomo non è più uomo, l'uomo tolto dalla libertà, privato della libertà, non è più uomo. Ecco perchè

del diritto il primo concetto che ci interessa è questo della libertà, il diritto più alto, diritto che consente all'uomo, sul piano della impostazione di scegliere tra una cosa e l'altra. Ci dicono i filosofi, attenzione, che la libertà dell'uomo non è una scelta, fra bene e male, è scelta fra due beni. Perché nel momento in cui l'uomo, capace di intendere, sceglie il male, non ha usato della libertà, ha abusato della libertà scegliendo ciò che non è buono o ciò che non è vero. Qui un interrogativo: ma allora la libertà è qualcosa che è libero, pardon, la libertà e qualcosa che ha i limiti in se stessi o, meglio, il concetto di libertà è un concetto che presuppone un limite, o il concetto di libertà non tollera un limite e se c'è un limite non c'è più libertà ma c'è un soffocamento della libertà? Noi rispondiamo con la filosofia che dice che, il limite è nel concetto di libertà perché altrimenti noi avremmo lo straripamento, l'abuso, l'invasione nel campo altrui, la violenza e quant'altro può che nascere dal momento in cui non si riconoscono due diritti che usando terminologia più moderna potrebbero essere chiamati il limite verticale e il limite orizzontale. Il limite verticale della libertà è i principi della morale umana. Nel momento in cui l'uomo politico straripa dai suoi poteri nello strapotere, dai suoi diritti nell'abuso o nel reato, non ha esercitato la libertà, ne ha abusato perché nel momento in cui la libertà incide nel patrimonio non di una morale di parte, nella morale umana ha il suo limite, ma il limite orizzontale è la convivenza fra le persone. Ogni qual volta l'uomo invade lo spazio in territorio di libertà di un'altro ha violato questo limite orizzontale. La mia libertà ha limite nella libertà dell'altro di quella bellissima espressione per cui l'uomo che lotta per la libertà, lotta prima per la libertà dell'altro e poi per la propria. E la Storia grazie a Dio ci presenta in ogni Paese uomini che hanno lottato per la libertà altrui. Non curanti della propria, sacrificando la propria.

I limiti della libertà. Ecco allora il diritto è garantito dalla legge. Il parlamento fa la legge, il governo la applica, e il magistrato, e il magistrato sorveglia, la regola, sanziona. Decide nel caso civile, sanziona o assolve nel caso penale. Il magistrato. Qui potrebbe prendermi la parola questo invincibile affetto per la toga che malgrado la mia età assai pesante non è frenabile. Certo: compito di una difficoltà estrema. Quando mi presentai a ventiquattro anni avendo vinto il concorso in magistratura all'anziano Presidente di grandissimo valore giuridico, mi ricordo che nel salutarlo mi disse: Lei ha vinto un concorso difficile, certamente Lei sarà bravo, penso che Lei conosca molto bene i codici e che Lei conosca anche bene la giurisprudenza. «Si ricordi collega (e questo termine collega anzi che avvicinarci la persona me la allontanò in modo incredibile) si ricordi collega che Lei ha il compito di studiare il fatto. Quanto più Lei studierà il fatto, tanto più Lei ridurrà quel tanto di errore che è tipico nel limite umano e nella difficoltà di giudicare. Perché, si ricordi, il fatto è sacro, e neanche Dio può modificarlo da così come si è verificato. Si ricordi collega: «il fatto è sacro». Ho cercato di ricordarlo perché questo è utilissimo non soltanto quando si ha la toga sulle spalle, è utilissimo anche quando si è al governo quando si è negli scanni del parlamento. Vuol dire rispettare la verità, vuol dire riconoscere quando la parte nella quale si professa la politica ha torto e alzarsi in parlamento e

dire «riconosco che noi su questo punto non abbiamo ragione». La difesa della ragione a oltranza e quanto di più negativo vi sia relativamente alla verità che è il fondamento della libertà e che diventi il fondamento del diritto e quindi della giustizia.

Il compito del magistrato: il magistrato è un uomo come gli altri, con passioni che hanno gli altri con il diritto di avere un pensiero politico come hanno gli altri. Tutto ciò premesso il magistrato ha il compito di essere assolutamente al di sopra. Ma il compito di questo sforzo enorme che è insieme la ricerca del vero e il sottrarsi alle ondate delle passioni e degli schiarimenti politici. Questa è la forza del magistrato. Facendo tutto questo non è certo che sempre resta nel giusto e nel vero. Perché non è infallibile: aggiungo io, grazie a Dio, non è infallibile è un essere umano. Ma questo compito è un compito di enorme importanza. Noi abbiamo scritto nella nostra Costituzione l'indipendenza e autonomia della nostra magistratura. Compito altissimo. Però tutte le leggi e le costituzioni al mondo non rendono libero e indipendente magistrato che non abbia la forza intima, morale, spirituale di poterlo essere. La vera indipendenza nasce dal di dentro di un magistrato. Soltanto dal di dentro.

La legge può aiutarlo può toglierlo dai pericoli può dargli delle garanzie. Deve dargliele. Io ho votato con grande gioia allora giovanissimo, queste affermazioni di indipendenza e di autonomia della magistratura, ma il compito del magistrato è dentro la sua coscienza. Loro insieme a questi principi hanno quello di difendere di tutelare l'ortodossia della Costituzione. Se si dice, da molte persone nei miei confronti, che forse ne ho un culto eccessivo, può darsi, mi pare difficile alla mia età, riuscire a rimuoverlo. Ho giurato alla Costituzione che ho visto nascere, e ho solo un dovere: di rispettarla sempre e comunque ad ogni costo. Chiedo a Dio che mi dia ad ogni istante questa forza. Preferisco soccombere piuttosto che ledere questo sacro giuramento che ho compiuto dinnanzi a Dio, ma ho compiuto dinnanzi al Parlamento riunito. Era il 28 maggio del 1992.

Questo compito di difesa della Costituzione. Alla vostra ha ricordato il giudice che ha parlato con tanta precisione e benevolenza nei miei confronti, ha ricordato il 1988. La vostra Costituzione. 1948 la nostra. Si inseguono, ma i principi fondamentali sono sempre questi: l'uomo al centro con la sua dignità, i suoi valori i suoi diritti. Si discute, lo so, se esista un diritto naturale. A volte, a me pare, chiedo scusa di questo ardire, che sia una discussione che non serve a molto. Una cosa è certa: che se si dovesse pensare che i diritti fondamentali dell'uomo dipendono da qualche forza esterna a lui, non si avrebbe più l'uomo, si avrebbe una mortificazione una degenerazione un'avvilimento della persona umana. E' qui il loro compito, Signori giudici, Signor Presidente e Signor Procuratore Generale. Mi assolveranno, spero, di averli intrattenuti per qualche tempo, quasi ragionando da solo, su cose che loro conoscono, forse e senza forse, ancora più intensamente da quanto conosco io. Certo che le sento vive con tutte le mie forze con tutto il mio convincimento e sento che sono la guida e il conforto della mia giornata di Capo dello Stato, la Costituzione, il Parlamento, il Governo, la Magistratura. Grande compito in ogni Stato, dove i

poteri sono distinti, che vi sia una collaborazione continua, uno sforzo di sintesi, un desiderio di condurre tutto ad unum, ad una unità. C'è fuori un popolo che forse non conosce tutte queste cose, e pure senza saperlo attende che vi sia chi è capace di fare questa sintesi e di tutelare la Carta sulla quale si muove serenamente, fraternamente, pacificamente, il popolo. A loro questo compito. Mi consentano, almeno per la mia età, di lasciare qui un augurio. E il più semplice, ma è quello che ho sempre gradito fosse stato fatto a me. Vi auguro, a ciascuno, Signor Presidente, Signor Procuratore Generale, Signori giudici, di questo altissimo consesso di questa patria che ci è amica, auguro a ciascuno di voi di ricordare ogni giorno i vostri limiti, poiché questo ricordo vi darà ogni spinta per fare che il diritto sia giustizia e che il diritto coincida con l'uomo.

Grazie.

Palavras do Senhor Ministro
SEPÚLVEDA PERTENCE

Devo encerrar esta Sessão Solene, à qual a aula magnífica com que nos honrou o Presidente OSCAR LUIGI SCALFARO deu grandeza poucas vezes alcançada nesta Corte, em solenidades desse gênero.

Antes, registro e agradeço a presença do Sr. Representante de S. Eminência, o Núncio Apostólico; dos Srs. Embaixadores da Romênia; da República Oriental do Uruguai ; da República Libanesa; da República da Turquia; do Reino Aximite; da Jordânia; da República da Nicarágua; do Reino da Noruega; da República do Equador; da República da Bolívia; da República Cooperativista da Guiana; da República Italiana; da República do Peru; da República Árabe do Egito; da República da Áustria; da Federação da Malásia; da Delegação especial da Palestina; dos Srs. encarregados de negócios da República do Paraguai; da Espanha; da República do Chile; da República de Honduras; dos Estados Unidos mexicanos; da República Federal da Alemanha; da Ordem Soberana e Militar de Malta; da República da Índia; da República Eslovaca; da República Árabe da Síria; da República do Haiti; da República Russa.

Agradeço, ainda, a presença do Exmo. Sr. Ministro Romildo Bueno de Souza, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; do Sr. Ministro Aldo Fagundes do Superior Tribunal Militar e Desembargador Eduardo Edmundo Minervino, pela Associação dos Magistrados Brasileiros; da ilustre comitiva do homenageado; do Chefe da missão diplomática brasileira junto à República Italiana, Embaixador Rubens Ricupero; das demais autoridades, das Senhoras e Senhores que nos honraram comparecendo a esta solenidade.

Peço aos presentes que permaneçam em seus lugares até que a Corte e o ilustre visitante, o Sr. Oscar Luigi Scalfaro, Presidente da República Italiana, retire-se para o Salão Branco ao lado, onde S. Exa. receberá os cumprimentos.

Está encerrada a sessão.

"... Senhor Presidente Scalfaro, a identificação com as origens latinas, romanas - enfim, italianas - é legado comum a todos os brasileiros, e, por isso, jamais conflitante, porém perfeitamente conforme ao sentimento de brasilidade."

Ministro Octavio Gallotti

